



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

**“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sorinéia Goede¹; Lillian Blanck de Oliveira²

RESUMO

Dentre os problemas que se tornam cruciais ao desenvolvimento regional devido ao caráter insustentável das propostas está a crescente homogeneização cultural que avança pelo planeta mediante processos de aculturação. A animação sociocultural se constitui em espaços que buscam promover a autonomia dos sujeitos, mediante ações comunitárias realizadas em diversas áreas, como a educação, o turismo, a saúde, etc. Estudiosos da área a caracterizam como “uma metodologia e tecnologia ao serviço de outras áreas” (Lopes, 2006, p.13); como uma tecnologia educacional que prioriza o campo da cultura (MELO, 2006); ou uma metodologia herdeira dos movimentos no campo da educação popular e visa o acesso ilimitado de toda a população a cultura e a formação de sujeitos críticos e com autonomia (WANDERLEY, 2007). A partir das explanações acima citadas, percebe-se a animação sociocultural como metodologia utilitária para ampliar a participação social no planejamento governamental mediante um processo de formação com maior promoção da autonomia e para preservação dos bens culturais do local. A partir dos estudos de Victor Perez Ventosa e Mariângela Wanderley são identificados diferentes espaços e modalidades que constituem tal metodologia. Desta forma, este estudo é referenciado em discussões teóricas e análise de conteúdos de pesquisa social na área de animação sociocultural, desenvolvimento regional e sustentabilidade. Objetiva apresentar contribuições da animação sociocultural em espaços educativos à sustentabilidade do desenvolvimento regional nos critérios parciais da sustentabilidade cultural e da política nacional (SACHS, 2007) a partir de uma investigação desenvolvida nos anos de 2009 e 2010. As concepções teóricas sobre desenvolvimento regional e sustentabilidade se pautaram principalmente nos estudos de Ignacy Sachs e Dieter R. Siedenberg. O campo de estudo da pesquisa social contemplou o processo de elaboração, viabilização e implantação do projeto de Empreendedorismo, realizado nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Pomerode/SC. Como



resultado, observou-se que a animação sociocultural presente em espaços educativos pode contribuir a sustentabilidade do desenvolvimento regional pois na elaboração da ação governamental houve a interação entre comunidade local, Governo e comunidade de pesquisa e a aceitação social da ação pode ser percebida pela participação da comunidade escolar na execução do projeto. O processo de formação de habilidades nos sujeitos ultrapassou os estímulos do ambiente escolar, onde situações reais, presentes no cotidiano, foram vivenciadas em alguns momentos. Com a permanente viabilização do projeto de Empreendedorismo, diferentes processos de formação escolar e novos conteúdos podem ser explorados e relacionados à realidade local, engajando os sujeitos a participarem de forma consciente na tomada de decisão sobre aspectos do desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Animação Sociocultural; Sustentabilidade; Desenvolvimento Regional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Várias são as abordagens sobre o desenvolvimento que norteiam os trabalhos acadêmicos e a formação das políticas públicas. Na atualidade, o desenvolvimento está relacionado à área econômica em muitos aspectos, como por exemplo na economia da exploração ambiental para preservação da natureza, na otimização dos modos de produção para obtenção de maior lucro, no aumento do valor do Produto Interno Bruto das nações e da renda *per capita* como forma de averiguar os indicadores de qualidade de vida. Inclusive os indicadores de desenvolvimento baseiam-se nas oscilações dos valores da renda *per capita*, das despesas com a saúde pública, etc. Resumindo, estudos sobre o desenvolvimento ocorrem numa perspectiva territorial e de alguma dimensão ou área de conhecimento específica. Neste trabalho, o desenvolvimento é referido a uma dimensão territorial – a região; e as possibilidades deste ocorrer de forma integral, o mais sustentável possível, de acordo com os critérios parciais elaborados por Ignacy Sachs, na dimensão de política nacional e da cultura.



A perspectiva do desenvolvimento territorial na área econômica norteou as análises e os resultados sobre o desenvolvimento das nações nas últimas décadas. A dimensão econômica do desenvolvimento pode ser determinada por duas vertentes: a globalista e a regionalista (DALABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2004). A vertente globalista “sustenta-se na tese da homogeneização do espaço local, com base nos princípios liberais, em que se acredita que seja possível essa situação de competição perfeita entre localidades.” (DALABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2004, p.35). A vertente do desenvolvimento regional é herdeira dos estudos marshallianos. Para estes autores, as aglomerações econômicas surgem para obter qualificação na mão de obra e reduzir a rotatividade e aumento de produção; porque as aglomerações e distritos industriais possuem redes densas entre empresas especializadas, fato que atrai outras empresas ao local; e, a possibilidade do oferecimento de externalidades tecnológicas positivas para difusão e internalização da região como um todo (DALABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2004).

O aumento de atuação nos fatores estruturais e “maior capacidade de se utilizar e aproveitar esses fatores globais em função das próprias especificidades do local” são características importantes que devem estar presentes no desenvolvimento regional (KLINK, 2001, p.23 *apud* DALABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2004, p.38). Por isso, neste trabalho o desenvolvimento territorial será direcionado a vertente regional, por acreditarmos que como a área econômica tem sido otimista quanto às possibilidades de evolução destes espaços interligados por características semelhantes, também a dimensão cultural e política podem evoluir em suas análises e descobertas, dando um respaldo maior a sustentabilidade do desenvolvimento.

As teorias sobre o desenvolvimento na perspectiva política e cultural são estudadas por Rogério Haesbaert da Costa (2006). O autor aborda a coexistência de diferentes territórios num mesmo espaço, que se relacionam e interagem produzindo e articulando as suas diferentes dimensões. Estes territórios são habitados por atores sociais que atuam como líderes, e costumam atender demandas presentes nas comunidades locais. Denominam-se *stakeholders* os atores sociais que tem interesse em determinada decisão (DOWBOR, 2001 *apud* DALABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2004) e sua participação na tomada de decisão é fundamental para



direcionar as propostas de planejamento governamental (DALABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2004).

No entanto, Siedenberg (2004b, p.3), afirma que

Os processos de desenvolvimento social e econômico que se referem exclusivamente às mudanças quantitativas estão fadadas ao esgotamento, pela dimensão finita de recursos naturais existentes em nosso planeta. Apesar de todos os avanços genéticos e técnicos que a humanidade tem experimentado, a característica deste ramo do processo de mudança é a insustentabilidade. [...] Já aos processos de mudança social e econômica que preconizam aspectos qualitativos estão garantidos enormes campos de ação; é absolutamente necessário buscar avanços neste sentido.

Oklinger e Sampaio (2007) defendem a ação social compromissada, amparado pela antecipação humana e possibilidade de escolha dos rumos do desenvolvimento, para promover a sustentabilidade. O termo sustentabilidade faz referencia a processos e ações realizados de tal modo que possibilitam a realização de duração prolongada, contínua. O desenvolvimento regional, como dá procedência na atualidade, em varias ocasiões não contempla a sustentabilidade. A área econômica exclui grande parte da população, fato que aumenta a violência, criminalidade e debilidade social. A extravagante exploração de matérias primas da natureza tende a expandir a extinção de espécies vivas e a devastação ambiental. Estes são alguns dos indicadores que evidenciam o quão insustentável tem se apresentado o desenvolvimento regional das ultimas décadas.

Sachs (1994), estudioso sobre a temática do desenvolvimento, propõe cinco dimensões da sustentabilidade em relação ao conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que são a dimensão social, econômica, cultural, ambiental e política. Uma década após esta publicação, o autor enumera oito critérios parciais³ para alcançar sustentabilidade do desenvolvimento, que na opinião do autor devem ser pontos de referência para direcionar os processos de desenvolvimento, mais que somente como um resultado final a ser alcançado, pois a sociedade não esta num ponto e/ou estático. Os critérios listados pelo autor são os seguintes:

[...] sustentabilidade social e seu corolário, a sustentabilidade cultural; sustentabilidade ecológica (preservação do capital da natureza), suplementada pelas sustentabilidades ambiental e territorial, sendo a primeira relativa a resiliencia dos ecossistemas naturais usados como esgotos, e a ultima à avaliação da distribuição espacial das atividades humanas e das configurações rurais-urbanas; sustentabilidade econômica assumida em seu sentido *lato* de eficiência dos sistemas econômicos



(instituições, políticas e regras de funcionamento), no esforço de assegurar, de forma contínua, um progresso socialmente equitativo – quantitativa e qualitativamente; e por ultima, mas igualmente importante, sustentabilidade política, oferecendo um quadro de referencia geral considerado satisfatório para a governança em nível nacional e internacional (SACHS, 2007, 296-297).

O presente trabalho se pautou sobre a sustentabilidade nos critérios de política nacional e da cultura. A dimensão política se divide em duas partes, que direcionam os critérios ao espaço nacional e ao internacional. Na dimensão nacional, Sachs (2007, p.298) estabelece a importância da democracia, “definida em termos de apropriação universal do conjunto de direitos humanos; um Estado desenvolvimentista capaz de implementar o projeto nacional em parceria com todos os atores sociais interessados; um grau razoável de coesão social”.

O processo de participação pode ser tanto o “compartilhamento passivo nas decisões políticas” como “a partilha efetiva nos bens materiais e culturais de uma sociedade” (SIEDENBERG, 2006, p.131-132). “Sua implementação depende do grau de autonomia econômica e política na realização das medidas propostas, enquanto que a qualidade das decisões depende do grau de capacitação da comunidade ou de seus representantes” (SIEDENBERG, 2006, p.133).

Apesar dos discursos sobre o planejamento voltarem-se para a participação social em sua elaboração, os sujeitos não recebem a formação para colaborar efetivamente nos processos de planejamento e desenvolvimento das cidades. Ademais, Allebrandt, Siedenberg, Sausen e Decker (2011) explicam que um dos desafios da análise da democracia hoje no Brasil é compreender os arranjos e formas de participação institucionalizadas para entender melhor as mediações entre o Estado e a sociedade civil. De um lado apresentam-se os procedimentos institucionalizados que não dão conta de realizar os planejamentos com a participação social nas discussões e na tomada de decisão, e do outro lado tem-se a formação dos sujeitos que não contempla de forma integral que não mencionam preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento.

No artigo escrito por Allebrandt, Siedenberg, Sausen e Decker (2011), que avalia a gestão social com ênfase na democracia deliberativa e nas relações de poder presentes nos Comudes, Coredes e o Fórum do Coredes no Estado do Rio Grande do Sul, os espaços públicos de interação e promoção do desenvolvimento foram divididos nas



categorias de análise: a configuração dos espaços públicos, a configuração interna de poder, natureza do espaço e caráter das deliberações, autonomia e igualdade participativa.

A configuração dos espaços públicos é dividida em espaço ampliado, quando há a presença de fóruns, conferências e assembleias públicas; restrito, quando não existem estes espaços (ALLEBRANDT, 2003 *apud* ALLEBRANDT, SIEDENBERG, SAUSEN E DECKER, 2011) e, semirrestrito, que possibilita a classificação com organizações sociais mais amplas, como a promoção do desenvolvimento regional e local.

A configuração interna do poder se torna importante por caracterizar como é praticado o pluralismo nos espaços de cidadania deliberativa. As instancias que compõe as estruturas do espaço público permitem conhecer e melhorar efetividade das ações mediante a participação de diferentes atores e a tipologia dos conselhos gestores (ALLEBRANDT, SIEDENBERG, SAUSEN E DECKER, 2011).

A natureza dos espaços e o caráter das deliberações diz respeito às consultas a população sobre as necessidades primordiais, a comunicação e deliberação sobre as ações e a gestão sobre os resultados derivados.

A autonomia se refere “a capacidade de os cidadãos exercerem sua própria vontade, ou seja, trata-se de verificar a independência dos espaços públicos ou das instancias em que se delibera e decide. [...] A falta de autonomia fragiliza a dinâmica de funcionamento destes espaços tornando-os, muitas vezes, ineficazes como mecanismos de democracia deliberativa” (ALLEBRANDT, SIEDENBERG, SAUSEN E DECKER, 2011, p.922).

A igualdade participativa pode ser legitimada, segundo Allebrandt, Siedenberg, Sausen e Decker (2011, p.923), mediante a forma de escolha dos representantes dos diferentes segmentos ou entidades em determinado espaço, e o tipo de mandato dos representantes, que pode ser de representação livre ou vinculada. Os autores complementam sua afirmação e explicam que “não basta, no entanto, uma composição plural dos diferentes espaços, é importante também conhecer como foi o processo de escolha daqueles que ocupam o espaço em determinado momento”. A avaliação participativa, como forma de reflexão, aprendizagem e apropriação dos processos é importante pelo poder que é transferido aos cidadãos, pois partilham do processo de



decisão e garantem canais de comunicação de informações para nivelar a atuação dos participantes.

A dimensão cultural para alcançar a sustentabilidade requer a mudança em meio a continuidade das tradições e inovações, concepções independentes entre um projeto nacional e local de desenvolvimento, autonomia, endogeneidade, autoconfiança e abertura para novos mundos (SACHS, 2007). A sustentabilidade cultural busca o fomento das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção e as mudanças sobre o conceito de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares (SACHS, 1993).

Sobre a sustentabilidade cultural, acredita-se nas culturas como o cerne do que torna as comunidades e cada sujeito único e especial, pois residem nestes o maior patrimônio humano que deve ser atendido – a liberdade de manifestação, proveniente do respeito mútuo. São inúmeras as conceituações sobre o termo cultura, de forma a dividi-las em cultura erudita, popular, de massa e midiática (STRINATI, 1999; SANTAELLA, 2003).

Dentre as categorias acima identificadas, Strinati (1999, p.23) explica que desde o advento da cultura de massas durante o século XX, as comunidades tradicionais, constituídas de relações integradoras, compuseram-se a partir de ligações contratuais, distantes, esporádicas, não comunitárias e não integradas. Tal realidade tende a atenuar as identidades regionais e a diversidade cultural do planeta, haja vista a diminuição das adaptações que cada local é capaz de acoplar aos seus espaços para resistir a globalização e seus efeitos deletérios a vida. Para concluir as concepções teóricas deste autor, legitima-se sua compreensão de desenvolvimento como um processo multidisciplinar, no qual a ação humana sobre o meio ambiente é fator responsável pelo bem estar da sociedade e do ecossistema e, para que se mantenha a sustentabilidade e se formem agendas para um desenvolvimento integral, Sachs (2007, p.300) sugere os seguintes pontos:

[...] promoção do pleno emprego e do auto-emprego, juntamente com uma divisão mais equitativa do tempo de trabalho (...); exploração de estilos de vida alternativos, poupadores de recursos; estabelecimento de uma regulação internacional efetiva dos processos de globalização, especialmente no que diz respeito ao comércio e as finanças (...).



Stroh (2003, p.277) afirma que as possibilidades de aplicação dos postulados da sustentabilidade do desenvolvimento estão condicionadas, “à incorporação de novos paradigmas metodológicos de planejamento de políticas públicas que respeitem a vinculação meio ambiente/natureza”. Também Sachs (1993) explica que a complexidade e a interdependência dos fatores envolvidos nas questões ambientais exigem novos padrões de organização dos conhecimentos científicos, além de variações de projetos e de ações governamentais para ser viável sua aplicabilidade nas comunidades. Para auxiliar na gestão e implementação de conhecimentos, Sachs (1993) proclama a interdisciplinaridade, que procura integrar diferentes disciplinas para realizar conjuntamente uma mesma operação e a participação das comunidades locais no processo de planejamento, que poderá capacitar os indivíduos destas comunidades para o entendimento e o enfrentamento de seus problemas ambientais.

Sachs (1993) explica que a complexidade e a interdependência dos fatores envolvidos nas questões ambientais exigem novos padrões de organização dos conhecimentos científicos, além de variações de projetos e de ações governamentais para ser viável sua aplicabilidade nas comunidades. É evidente a importância dada pelo autor a participação social no planejamento das cidades, tanto para a viabilidade das ações, como para preservar a qualidade ambiental. Referentes a participação social na elaboração de políticas públicas, Siedenberg (2006, p.131-133) explica que ela corresponde tanto ao “compartilhamento passivo nas decisões políticas” como “a partilha efetiva nos bens materiais e culturais de uma sociedade, e “[...] Sua implementação depende do grau de autonomia econômica e política na realização das medidas propostas, enquanto que a qualidade das decisões depende do grau de capacitação da comunidade ou de seus representantes.”

Um dos problemas identificados na atualidade diz respeito a capacitação dos sujeitos para participarem conscientemente nos processos de desenvolvimento da sua região. Durante décadas os processos de formação educacional o Brasil limitou a aprendizagem o repasse de informações e assimilação dos bens culturais produzidos pela humanidade ao longo dos tempos. Contudo, nas últimas décadas, os movimentos sociais que modificaram as concepções sobre culturas também refletiram em mudanças nas propostas de educação e ensino, e vice-versa. Na América Latina, as décadas de 60



a 80 correspondem a agitações e movimentos sociais que reivindicavam mudanças no modo de viver que estava se propagando no continente, modificando aspectos tanto na área educativa, como na cultural, na econômica, ambiental, etc.

Políticas culturais compromissadas com as ideologias da maioria da população e que abandonassem “a idéia de simples oferecimento de atividades a partir de grandes eventos” poderiam emergir, contanto que se invista na idéia de “[...] um projeto estratégico de formação, considerando a multiplicidade de manifestações culturais” (MELO, 2007, p.19). Giroux (2003) *apud* Melo (2006) complementa e propõe “uma articulação ampla e radical entre artistas, educadores e todos os tipos de trabalhadores culturais, à busca de construção de modelos alternativos de política e de intervenção cultural”.

Em relação à dimensão cultural da animação, entende-se que as culturas são o cerne do que torna as comunidades e cada sujeito único e especial, pois reside nestas o maior patrimônio humano – a liberdade de manifestação, proveniente do respeito mútuo. São inúmeras as conceituações sobre o termo cultura. Desta forma, a variedade de manifestações culturais existentes impõe a necessidade de organizá-las em categorias para melhor entendimento. Strinati (1999) e Santaella (2003) classificam as culturas de acordo com as seguintes características diferenciadoras:

- a) a cultura erudita, que se constitui pelas produções de um grupo privilegiado, que se aperfeiçoa mediante estudos literários e pesquisas intelectuais, ocupando os espaços de exposições artísticas, museus, etc.;
- b) a cultura popular ou *folk*, que designam as produções do povo, originária na maioria das vezes dos conhecimentos produzidos nas relações cotidianas dos grupos e regiões, de forma independente das produções eruditas;
- c) a cultura de massas, advinda com a expansão dos meios de comunicação e que tende a proporcionar a todos os grupos sociais o acesso às produções culturais de todos os grupos, tendendo a homogeneidade cultural. Contudo, na atualidade, direciona-se ao mercado e a comercialização dos bens culturais;



d) a cultura midiática, que expande e proporciona fluidez as produções culturais, por meio da propaganda conduzindo ao cruzamento de identidades.

Dentre as categorias acima identificadas, Strinati (1999, p.23) explica que desde o advento da cultura de massas durante o século XX, as comunidades tradicionais, constituídas de relações integradoras, em que aceitação aos valores acordados socialmente as regulava foram substituídas pela sociedade de massa formada por “pessoas atomizadas, que carecem de relacionamentos significativos ou moralmente coerentes”, com ligações contratuais, distantes, esporádicas, não comunitárias e não integradas. Tal realidade tende a atenuar as identidades regionais e a diversidade cultural do planeta, haja vista a diminuição das adaptações que cada local é capaz de acoplar aos seus espaços para resistir a globalização e seus efeitos deletérios a vida.

As concepções teóricas e políticas sobre as culturas iniciaram na década de 30, na Europa. Ventosa (2002; 2007b) apresenta três momentos distintos que nortearam a evolução das políticas e concepções culturais européias, ligadas diretamente ao momento político vivenciado pela nação: a concepção patrimonialista, que entende a cultura como um saber ou conjunto de saberes e produtos da sociedade humana e que fora marcado tão somente por ações centralizadoras, estatísticas e ilustradas para os aspectos estéticos e artísticos (FERNANDEZ, 2007); a democratização da cultura, que procura expandir as manifestações, hábitos e costumes da burguesia, concebendo-a como cultura oficial; e a democracia cultural, que partiu exatamente da teoria oposta à corrente da democratização cultural e privilegia as produções culturais de todos os segmentos sociais (PEREIRA, 2008). Nesta fase, de acordo com Dias (2007, p.4), “a cultura deixa de ser vista como um simples bem de consumo para ser encarada como um instrumento valioso de desenvolvimento pessoal e participação social”.

No Brasil estas diferentes fases não ocorreram nesta mesma ordem e momento – talvez ainda estejam acontecendo – como na Europa, e os processos de transformação da Animação Sociocultural associam-se principalmente com os movimentos que reivindicavam as mudanças nas práticas pedagógicas, na concepção de escola e de participação popular nos processos políticos (PEREIRA, 2008).

No Brasil, Wanderley (2007) esclarece que a Animação Sociocultural é herdeira dos movimentos no campo da educação popular nos dois últimos séculos e visa o acesso ilimitado de toda a população a cultura e a formação de sujeitos críticos e com autonomia. Melo (2006) a compreende como uma tecnologia educacional que prioriza o campo da cultura, preocupando-se em formar sujeitos que possam se manifestar e questionar o *status quo*. Hernandez (2002, p.135), ao estudar uma experiência de Educação Comunitária, destaca que “seu papel é o de ser protagonista da intervenção sócio-educativa, através da melhoria das relações entre as pessoas e suas instituições – sociais, comunitárias, laborais e culturais”. Podem ser verificadas variações conceituais condizentes a animação; contudo, todas se caracterizam como metodologias educativas que buscam uma aprendizagem favorável a compreensão do contexto social em que os sujeitos vivem, e, conseqüentemente, a participação social como requisito indispensável na elaboração das propostas norteadoras a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

A partir dos estudos da animação sociocultural citados por Ventosa (2007) e Wanderley (2007) elaborou-se o seguinte quadro com os espaços e modalidades em que esta pode ser utilizada como metodologia de intervenção social.

		MODALIDADES DA ASC		
		EDUCAÇÃO POPULAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EDUCAÇÃO DE BASE E AÇÃO COMUNITÁRIA	RECREAÇÃO, LAZER E TEMPO LIVRE
ESPAÇOS DA ASC	EDUCATIVA	Escolas, Universidades e Centros de Aperfeiçoamento Pessoal	Projetos de pesquisa e extensão escolar e universitária	Mídias e Indústria Cultural, palestras e eventos com especialistas
	SOCIAL	Projetos de pesquisa e extensão escolar e universitária	Sindicatos, Associações de Bairro, Orçamento Participativo, Banco do Povo	Práticas de esportes coletivos, cinemas, teatros
	CULTURAL	Escolas de música, teatros, aulas de dança, pintura, culinária, treinamentos desportivos	Associações entre moradores para produzir artesanato e outros bens culturais	Igrejas, Comunidades Eclesiais, Casas e Centros de Cultura com Resgate das Memórias e identidades Locais, Treinamentos Desportivos

INSTRUMENTOS FERRAMENTAS AÇÕES	Diálogos e conversas educativas com jovens e adultos, em espaços formais, informais e não-formais de educação	Ações autônomas que conduzem ao desenvolvimento participativo e local	Desenvolvimento da motivação para a formação permanente e a educação através do lazer e para o lazer
---	---	---	--

Quadro 1 – Modalidades e Espaços de Animação Sociocultural

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos de Ventosa (2007b) e Wanderley (2007).

Devido à vasta extensão de áreas que a Animação Sociocultural contempla na atualidade, como as práticas de ensino e a educação, as atividades de lazer e desportivas, as lutas e movimentos sociais são de suma importância identificar as metodologias utilizadas e os espaços em que estas ocorrem.

Algumas características da Animação Sociocultural apontam que sua atuação se estende a áreas como o trabalho, o lazer, as artes e a ciência. Inclusive, as metodologias aplicadas para fomentar a animação nestes espaços atendem aos diferentes interesses dos participantes, e se ajustam conforme as especificidades de cada ambiente. Neste sentido, Ventosa (2007b) delimita três modalidades da Animação Sociocultural: a cultural, a social e a educativa. Modalidade aqui compreendida no sentido de dimensão contemplada pelas práticas de Animação Sociocultural. Quintas (1998) *apud* Lopes (2008, p.311) acrescenta ainda a dimensão política quando se refere as dimensões das práticas de animação. Contudo, acredita-se que a dimensão política esteja inclusa nas propostas que remetem as três dimensões propostas por Ventosa, tanto na educativa, como na cultural e social. Segue a descrição de cada modalidade:

- a) modalidade cultural: em linhas gerais, podemos identificar que na modalidade cultural as principais funções da animação atendem a promoção e a dinamização cultural, o desenvolvimento da expressão e da criatividade e a formação cultural dos grupos. Sua metodologia é centrada nas próprias atividades que estão sendo executadas e seus espaços principais são casas e centros de cultura (WANDERLEY, 2007). Neste espaço, desenvolvem-se ações para o resgate de memórias, valorização da identidade local, do diálogo inter-religioso,



da educação popular, do teatro participativo, música engajada, meditação coletiva (WANDERLEY, 2007).

b) modalidade social: esta dimensão conduz a participação social, ao associativismo e ao desenvolvimento comunitário. Sua metodologia está centrada no grupo ou na comunidade que desenvolve os trabalhos e os espaços principais são as associações e movimentos coletivos (WANDERLEY, 2007). De acordo com Wanderley (2007), no Brasil cresce o número de espaços de participação da sociedade civil, que se incluem no espaço social que se constituem em práticas de animação. Dentre os grupos, a autora cita as parcerias entre Estados e sociedade civil ao 3º setor, conselhos partidários, orçamento participativo, nas quais destacam-se a promoção da Economia Solidária, as cooperativas, o Banco do Povo, etc.

c) modalidade educativa: contempla os espaços educativos, cujas principais funções na proposta da Animação Sociocultural seriam o desenvolvimento da motivação para a formação permanente e a educação no e ao tempo livre, sendo as metodologias centradas nos saberes e habilidades dos sujeitos, para desenvolver sua autonomia em potencial (WANDERLEY, 2007). Esta modalidade preocupa-se principalmente com o desenvolvimento integral e feliz do indivíduo, mediante a estimulação e desenvolvimento de diferentes percepções e experimentações (MELO, 2006).

Não existe um controle formalizado e integral de todas as possibilidades que a educação pode interferir na personalidade do ser humano. Mas os espaços em que estas ocorrem são delimitados da seguinte maneira: pela educação formal, informal e não-formal. A educação formal é a educação que ocorre nos espaços criados especificamente para a formação intelectual do homem. No Brasil, esta formação é obrigatória entre os seis e catorze anos, conta com um planejamento prévio e seleção de metodologias diferenciadas pelos educadores; os conteúdos são similares e ministrados em praticamente todas as regiões do país e muitas vezes, se torna de difícil assimilação



pelos educandos devido as desigualdades regionais e dificuldades na aprendizagem; a educação informal é a aprendizagem sem toda essa rigorosidade que caracteriza a educação formal. Ela pode ocorrer em todos os ambientes e a qualquer momento da vida. Pode ser caracterizada como a aprendizagem rotineira que transmite a cultura, as tradições e os conhecimentos tácitos de um grupo de uma geração a próxima, ou a outras culturas. Já a educação não-formal, também denominada de Pedagogia Social (HERNANDEZ, 2002), é uma tendência pedagógica de fomento a participação e democracia cultural. A Pedagogia Social está contida na proposta que delimita os fundamentos e ações da Animação Sociocultural. Como exemplos de espaços que utilizam concepções teóricas da Pedagogia Social podemos citar aqueles criados entre a década de 60 e 80, quando expandiram-se no Brasil e no mundo as teorias pedagógicas revolucionárias: as Casas de Cultura criadas na França, os Círculos de Cultura, baseados na obra de Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base, os Centros Integrados de Educação Popular, etc. Contudo, todas estas experiências envolvem um processo educativo não-formal.

Sobre as áreas pedagógicas em que se desenvolve a Animação Sociocultural, Wanderley (2007) identifica três possibilidades: na Educação Popular, na Educação de Base Comunitária e no Lazer e Tempo Livre. Área no sentido de demarcação, limites, espaços, divisórias, linhas de ação.

A Educação Popular é utilizada como uma metodologia de Animação Sociocultural principalmente na década de 60, quando esta se voltara para as reivindicações dos movimentos sociais. Para Wanderley (2007, p.21), a Animação Sociocultural é “histórica e ideologicamente, herdeira dos movimentos de educação popular dos dois últimos séculos, visando acesso de todos à cultura e à formação de cidadãos responsáveis e críticos”. No Brasil, antes de ocorrer o Golpe Militar e a Ditadura, o país estava imerso em movimentos sociais que buscavam a reorganização das práticas educacionais e culturais então existentes. Após duas décadas de lutas, teoriza-se a Educação Popular, tendo como protagonista na elaboração Paulo Freire. Esta metodologia obteve abrangência internacional devido a características inovadoras nos processos de ensino-aprendizagem, aplicáveis tanto na educação formal, quanto na não-formal e informal.



Apesar de muitos pedagogos e educadores da Educação Básica pautarem sua práxis nas teorias freireanas, Gadotti (1997, p.161) explica que na atualidade, os educadores vivem “o início de um conflito entre o projeto burguês de educação (que é o projeto vigente) e um projeto popular, eminentemente político. No centro deste conflito situa-se a educação como espaço de luta, a educação torna-se um instrumento de luta”. Por isso, a educação é sempre uma interação entre o grupo aprendiz, e em momento algum somente monólogo ou transferência de saberes. E somente através da participação que o educando aprende a participar. Corroborando, Ventosa (2007, p.35) afirma que o processo participativo não está inato, mas é adquirido através do ensino e aprendizagem, além de requerer “aprendizagem ativa”. E este é um dos objetivos da Educação Popular.

A Educação de Base Comunitária volta-se para a ação comunitária, relacionada inicialmente aos períodos desenvolvimentistas. Os processos pedagógicos valorizam o grupo e a ação comunitária como espaços de expressão e de criatividade (WANDERLEY, 2007). A Animação Comunitária, como metodologia participativa, procura mediante a aprendizagem prevenir problemas comportamentais e atenuar as desigualdades sociais (MONTENEGRO, 1997; CRUZ, SILVA, RODRIGUES, 2004 *apud* CORREIA, 2008). A animação embasada na Educação Comunitária ocorre fora do espaço escolar. De acordo com Correia (2008, p.4), a animação “permite o envolvimento comunitário, cooperação, diálogo e negociação, como forma de, através de *empowerment*, levar os indivíduos a serem agentes de sua mudança”. Nesta forma de intervenção social, “os sujeitos se tornam agentes ativos na transformação da sua comunidade”, fato que tende a resultar no “*empowerment* comunitário”, que pode ser definido como “o poder decisório que as pessoas, grupos e ou comunidades têm sobre sua própria vida (CORREIA, 2008, p.9), expandindo e consolidando o capital social e a participação nesses espaços.

Convém ressaltar que as atividades, o trabalho e a aprendizagem ocorrem com a formação de equipes, inclusive, os profissionais que intervêm nas comunidades, formam equipes multidisciplinares. Para Correia (2008, p.16-17) a Animação Comunitária “afigura-se com uma estratégia dialogante, de debate e negociação entre as equipes de trabalho pluridisciplinares e interdepartamentais, para que a atuação dos líderes os transforma em autênticos animadores locais [...]”. Ademais, destaca outras características da animação



comunitária como uma atividade que proporciona mediação entre a educação formal e não-formal, tende a articular o lúdico e o pedagógico e centra-se na solidariedade, cooperação, motivação e conscientização. A Animação Comunitária também promove redes de comunicação e parcerias a três níveis: internas/internas (horizontais, em nível local) internas/externas e externas/internas (verticais, descentralizadas), conduz ao desenvolvimento – participativo e local e compreende a participação social como um ato cívico (CORREIA, 2008).

O lazer e tempo livre na América Latina se relacionam ao termo recreação. Na Europa, a Animação Sociocultural relacionada ao lazer e tempo livre diz respeito ao ócio educativo ou a educação no tempo livre e são direcionados principalmente a infância e juventude (VENTOSA, 2007b). Desta forma, na Europa, já existem indícios de que a população, em suas horas de lazer, procura por alguma atividade que contemple a estratégias de educação não-formal e informal para a formação.

A cultura do lazer na atualidade, de acordo com Camargo (1998) aborda as diferentes manifestações que o sistema capitalista introduz nas práticas de atividades recreativas; porém, o autor admite que nem sempre o dinheiro ajuda nas melhores atividades de lazer⁴. Conforme Camargo (1998, p.81) “[...] os pobres participam menos das atividades que exigem dispêndio de recursos [...], mas o interesse em praticá-las (em um das formas de analisar as aspirações culturais) é similar em todas as classes sociais”.

Pesquisas recentes indicam que, nos últimos anos, a maior parte do tempo livre dos indivíduos é consumida dentro de casa, e metade deste tempo é consumido pelos meios de comunicação (CAMARGO, 1998). Ao se divertir fora de casa, há maior incidência nos fins de semana e nas férias. Nestes momentos, a busca por elementos naturais é a motivação mais importante, onde acontece a evasão dos centros urbanos para as matas, represas, praias, rios, residências secundárias e sítios de recreio. Hotéis, campings, pousadas, pescarias, passeios e contemplação de paisagens também servem de pretexto para deslocar-se das cidades. Contudo, Camargo (1998) enfatiza que nos clubes, as práticas de lazer ainda são marcadas por forte separação de grupos sociais.

Apesar dos diferentes espaços, metodologias e nomenclaturas empregadas nas teorias e práticas de Animação Sociocultural, Marcassa (2009) entende que as terminologias Animação Cultural, Sociocultural, Educativa, Popular, ou somente o termo



de Animação são todas, uma e a mesma coisa: Animação. A autora realiza no mesmo artigo, uma crítica sobre a forma com que o projeto neoliberal tem modificado a função da animação, convertendo-a numa estratégia compensatória das novas agências da sociedade civil – como as Organizações Não Governamentais, por exemplo – para a prestação de serviços culturais e políticas assistenciais às camadas empobrecidas da população, “revertendo os direitos sociais em ações emergenciais que não alteram as estruturas geradoras da desigualdade e da miséria”.

As evoluções nos processos de comunicação contribuem significativamente para o desenraizamento cultural de algumas nações e/ou comunidades, devido à massificação cultural possibilitada por estes, além das metodologias e processos de Animação Sociocultural também estarem atendendo aos interesses dos favorecidos pela ordem econômica do capitalismo. Voltar-se-á desta forma, para a democratização cultural, política que atende somente aos interesses de um grupo minoritário de sujeitos.

Segundo Guareschi (1991, p.18), “[...] os Meios de Comunicação se tornam o meio e o espaço privilegiado onde a cultura é criada, fortificada, reproduzida e retransmitida, dum dado [...] desaparecem os valores particulares e individuais das várias culturas”. Para este autor, os meios de comunicação “assumem este caráter repressivo a serviço da reprodução. A sociedade capitalista não é capaz de satisfazer as necessidades que ela própria cria, embora precise continuar criando cada vez mais necessidades para poder continuar existindo” (ibid., p.60), e “[...] certamente o papel mais importante da indústria cultural é fazer a população esquecer a sua realidade alienada. Ela não permite que as massas assumam posição crítica diante dessa realidade” (ibid., p.64). Assim, é preciso atentar para que a Animação Sociocultural se torne capaz de concretizar os objetivos a que se destina, reativando os laços que unem sujeitos e o meio ambiente em busca do bem-estar à todos. Inclusive as políticas e ações governamentais devem atender as premissas que focalizam o despertar da consciência dos sujeitos e de sua autonomia frente à tendência de homogeneização que avança pelo planeta. Processo que perpassa os espaços de ensino, formação humana e profissional e de desenvolvimento.

METODOLOGIA



A investigação de cunho qualitativo e exploratório contemplou o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica pautada nos trabalhos dos seguintes autores: Ignacy Sachs e Dieter Siedenberg referente ao desenvolvimento regional e a sustentabilidade; Victor P. Ventosa e Mariângela Wanderley sobre animação sociocultural. A pesquisa documental pautou-se sobre a Agenda 21 – Planejamento do Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável Pomerode 2020; o Projeto de Ampliação do Tempo de Permanência do Aluno na Escola; o Portifólio do Projeto de Empreendedorismo Educacional, que contempla documentos, conteúdos e experiências desenvolvidas pelos participantes durante as aulas teóricas e práticas; questionários com questões fechadas e abertas, entrevistas e uma reportagem do “Jornal de Pomerode” que versa sobre a experiência da disciplina. A amostra foi composta por 7 educadoras da disciplina de Empreendedorismo, 4 educadores que ministraram as disciplinas de Educação Física, Língua Portuguesa e Ciências, 21 alunos com idade entre catorze e dezesseis anos que cursavam as 8ª séries do ensino fundamental e 2 gestoras do Projeto.

O PROJETO DE EMPREENDEDORISMO E A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM POMERODE-SC

Referente ao Planejamento Governamental do município de Pomerode, a Agenda 21 – Planejamento do Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável Pomerode 2020, foi criada em 2007, com o intuito de direcionar o desenvolvimento da cidade. A empresa RF-Itecc Consultoria e Educação, sediado no município de Balneário Camboriu, foi responsável pela elaboração do documento “Planejamento do Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável Pomerode 2020”.

No conjunto deste documento consta a Carta de Pomerode, que se constitui numa mensagem do Grupo Gestor do Projeto aos cidadãos e leitores onde descrevem as características da cidade que se pretende alcançar no futuro: “[...] queremos uma cidade



com espírito empreendedor e inovador, com desenvolvimento econômico, trabalho, segurança, habitação, educação, cultura, esporte e lazer, infra-estrutura, preservação ambiental, solidária e que não exclua nenhum de seus filhos” (POMERODE, 2007).

Outro documento que complementa a Agenda 21 do Município é o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social de Pomerode, que fora desenvolvido com base na metodologia de construção de cenários, para o período de 2007 a 2020. Este plano procura atender aos seguintes objetivos: estabelecer os fundamentos para que se possa promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado; identificar as áreas e diretrizes estratégicas; e, formular estratégias para que as diretrizes estratégicas possam ser alcançadas. As áreas e serviços que são contemplados no Plano são as seguintes: Condição Social e Habitação, Segurança, Infra-Estrutura, Esporte e Lazer, Meio-rural, Meio Ambiente e Jardinagem, Educação, Turismo, Cultura, Saúde, Estrutura da Cidade, Formação para o Trabalho, Sistema de Ciência e Tecnologia, Segmentos Econômicos, Comércio e Prestação de Serviços.

Neste sentido, uma das primeiras etapas se constituiu em dotar o Plano com planejamento de um conjunto de instrumentos alinhados para a construção de Pomerode como referência em desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica (POMERODE, 2007). A visão formulada pelos participantes na elaboração da Agenda 21 do município atende a seguinte premissa: “Ter até 2020 um desenvolvimento humano, que situe o município entre os 5 (cinco) melhores do Brasil, potencializando os valores culturais, combinado com os avanços econômicos e tecnológicos, de forma sustentável” (POMERODE, 2007). Esta missão inspira-se nos valores culturais, na equidade e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento humano através de avanços econômicos e tecnológicos de forma sustentável.

A missão da Agenda cita a educação e suas relações com o Empreendedorismo e a participação social da comunidade como estratégias a serem alcançadas. “Centrar esforços e investimentos em políticas públicas integradas e continuadas, envolvendo a sociedade, com prioridade na educação dando ênfase no espírito empreendedor e participativo, inseridas num contexto globalizado” (ibd.). Assim, percebe-se a importância atribuída à educação e como o planejamento e a transformação desta se tornam



indispensáveis para atingir os objetivos predefinidos no plano, tanto como área e serviço contemplado no planejamento, como estratégia e/ou instrumento para promover os objetivos do Plano nas demais áreas definidas.

No mesmo período da formulação da Agenda 21/PO, a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora intenta construir projetos e definir estratégias que apreciam os objetivos da Agenda e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96). No projeto da Lei 9394/96, art.34, a legislação aprova e enfatiza o aumento do tempo de permanência dos educandos nas escolas. Nesta perspectiva, a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora busca abrir espaço para demais projetos que buscam a formação empreendedora e cidadã (POMERODE, 2009).

Uma das idéias iniciais que a Secretaria procurou desenvolver e que surgiu da solicitação além de outros, também de empresários da cidade foi a de implantar um projeto que contemplasse questões relacionadas ao tema empreendedorismo nas escolas. Mediante a procura de experiências, trabalhos e projetos de empreendedorismo realizado em outras cidades, deu-se início a sistematização para implantar o Projeto de Ampliação do Tempo de Permanência do Aluno na Escola, e neste a disciplina de Empreendedorismo em escolas da Rede Municipal de Ensino de Pomerode.

A disciplina do Empreendedorismo se constitui numa idéia que atende as demandas sociais locais e o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, apesar dos proventos mantenedores do projeto não serem oriundos deste programa federal. Desta forma, nasceu a idéia que objetiva uma formação humana para proporcionar contato com as complexas relações existentes no mercado de trabalho e nos ambientes de negócios, preparar para o trabalho em equipe, o espírito cooperativo, evocar a responsabilidade social do empreendedor, fortalecer o espírito criativo, empreendedor e investidor, otimizar os espaços escolares, oportunizar o cultivo e o destaque de talentos entre os educandos e despertar a consciência ambiental e o impacto ecológico da produção (POMERODE, 2009).

O planejamento da disciplina de Empreendedorismo, os conteúdos, as metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem estão em reconstrução constante e conta com a participação de professores, gestores, empresários locais e demais comunidade interessada. Entre os materiais e referenciais teóricos sobre o conceito de



empreendedorismo direcionado a estudantes de Ensino Fundamental, a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode adaptou uma apostila da disciplina ministrada no Ensino Superior elaborada pelo professor universitário Valter Cardoso, que versa sobre Trabalho e Sociedade; os livros de Fernando Dolabela – Oficina do Empreendedor e O segredo de Luiza; a concepção de Empreendedorismo na Educação que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura vem apresentando através das comunicações realizadas por seus representantes; os princípios e pilares apresentados no relatório elaborado por Jacques Delors - Educação: um tesouro a descobrir; entre outras referências e materiais.

Como o sujeito empreendedor possui características especiais e um perfil peculiar, convém indagar sobre a possibilidade de se ensinar o empreendedorismo para uma pessoa a tornar-se empreendedora. Dornelas (2001) explica que há alguns anos atrás acreditava-se que um sujeito que era empreendedor nascia com um diferencial, o que ainda pode acontecer atualmente. Os estudos recentes na temática revelam que muitos outros sujeitos podem compreender o que vem a ser o empreendedorismo e mediante alterações de conduta e da forma como são administradas as diversidades cotidianas, muitos podem tornar-se ótimos empreendedores (DORNELAS, 2001). Porém, o conhecimento não é transferível de um sujeito para o outro, e para despertar o potencial empreendedor dos seres humanos, a educação não poderá usar a didática de ensino convencional (DOLABELA, 2008).

Dolabela (2008) justifica a introdução da cultura do empreendedorismo nas escolas porque ele oferece altos graus de realização pessoal, além das atividades empreendedoras envolverem trabalho e prazer. Indiferente o local ou a atividade realizada pelos sujeitos, mesmo que sejam adolescentes que cursam o ensino fundamental, a compreensão dos conceitos de empreendedorismo poderão contribuir para que estes realizem as atividades escolares com maior dedicação e descubram desde cedo os diferentes caminhos que podem ser realizados para alcançar um objetivo.

Dornelas (2001) explica que a intensificação do ensino do empreendedorismo se deve principalmente ao avanço tecnológico ocorrido nos últimos anos, fato que requer um maior número de pessoas empreendedoras. Ademais, o aumento do grau de empreendedorismo numa comunidade causa o crescimento econômico sustentável



(DOLABELA, 2008). Preocupados com a sustentabilidade, deve se atentar ainda ao fato de que o empreendedorismo poderá desenvolver-se num sentido colonizante, competitivo, visando o crescimento econômico e com a força motriz centrada nas leis do mercado. Estas correntes comumente desenvolvem Tecnologias Convencionais, que não se preocupam de modo suficiente com a sustentabilidade e o respeito às culturas e sujeitos locais.

A outra vertente pode ser denominada de empreendedorismo social, de caráter solidário, que aborda outra visão de desenvolvimento, com o foco nas Tecnologias Sociais e que pressupõe o ativismo e a responsabilidade social e o associativismo, como forma de alcançar os objetivos comuns do grupo. Enquanto que no empreendedorismo convencional os desafios são a busca de diferenciais competitivos, vencer os concorrentes, buscar maior número de clientes, a lucratividade e a produtividade, no empreendedorismo social os desafios se lançam sobre a centralidade de atuação na comunidade e os produtos criados são desenvolvidos para solucionar problemas sociais (NETO, FROES, 2002).

Na escola, estas duas vertentes devem ser estudadas pelos participantes dos projetos, visto que cada qual contribui de forma peculiar para que os educandos criem suas próprias concepções sobre o empreendedorismo e o desenvolvimento possível de ser obtido através dele.

Dolabela (2008) desenvolve a proposta de trabalhar o empreendedorismo com os sujeitos através de oficinas nas quais os participantes descobrem através da vivência os conhecimentos que precisam aprender para iniciar a empresa e a fabricação de um produto. É uma metodologia que direciona-se ao auto-aprendizado.

Neto e Froes (2002, p.99) afirmam que “o ponto de partida é a educação libertadora”, que proporciona aos cidadãos maior capacidade de discutir e refletir sobre os temas relevantes para a melhora da sua condição humana e social. Os sujeitos poderão assumir diferentes atitudes e valores frente a idéia de desenvolvimento e sustentabilidade, no sentido de promover a participação local e a solidariedade na sua comunidade.

Convém destacar os propósitos a que se deve destinar a ato educativo, elaborado por Jacques Delors (2000, p.90), sob o qual se pautam as atividades desenvolvidas pela



Secretaria de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode: “a educação devia fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido dentro de cada um de nós”, o que supõe que se ultrapasse a compreensão instrumental da educação e se passe a considerá-la como em sua totalidade, perspectiva dos quatro pilares que a fundamentam.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nos países em desenvolvimento, os facilitadores para o acesso ao desenvolvimento endógeno seriam “o incitamento a iniciativa, ao trabalho em equipe, às sinergias, mas também ao alto emprego e ao espírito empreendedor” (DELORS, 2000, p.83). O Projeto de Empreendedorismo contém metodologias que remetem a tais processos, e por isso a necessidade de expandir processos semelhantes em escalas maiores e em todos os níveis de ensino, além de articular a escola/educação com as outras autarquias públicas. O planejamento e a formulação de políticas públicas devem contemplar a articulação social para viabilização de projetos.

Siedenberg (2006) complementa à participação social e a capacitação da comunidade ou de representantes, a autonomia econômica e política nas propostas de desenvolvimento. No entanto, estes vetores extrapolam o poder da comunidade e dependem diretamente da formulação de ações governamentais com tal finalidade. Para tal ação, o Governo Brasileiro tem difundido o modelo de gestão governamental a partir da descentralização do poder as esferas públicas locais, com o repasse de verbas para a gestão municipal. Dentre as iniciativas locais estão as seções semanais na Câmara dos Vereadores para apresentação de projetos elaborados por estes, os conselhos dos bairros, entre outras ações e entidades criadas.

O desenvolvimento regional e sustentável solicita às comunidades que estas sejam partícipes na criação de soluções adequadas às problemáticas locais. Uma das gestoras do projeto explica que desde a primeira reunião realizada com os pais dos educandos à participarem das aulas de Empreendedorismo, houve aceitação e aderência da



comunidade. Muitos pais auxiliaram seus filhos na fabricação e venda dos produtos, na criação das empresas e na escolha da matéria-prima, caso ela não fosse de fácil acesso aos educandos.

A participação da população na formulação de políticas públicas pode ser favorecida através da extensão das práticas de Animação Sociocultural em espaços educativos. A participação requer um conjunto de capacidades, habilidades e aprendizagens que possibilitem aos sujeitos se expressar de maneira compreensível, coerente e com fundamentação que justifique suas opiniões. Corroborando, Siedenberg (2006, p.133) explica que a implementação da participação social nas questões políticas “depende do grau de autonomia econômica e política na realização das medidas propostas, enquanto que a qualidade das decisões depende do grau de capacitação da comunidade ou de seus representantes”. Além dos investimentos financeiros, a população precisa estar preparada para identificar e analisar os principais problemas que afetam o seu bem estar e degradam o meio ambiente, para que a melhora na qualidade de vida seja alcançada.

Nesta direção, após analisar os conteúdos referenciados nos questionários dos educadores, que ministraram a disciplina de Língua Portuguesa articulada ao Projeto de Ampliação do Tempo de Permanência do Aluno na Escola, como por exemplo, a linguagem corporal, postura e comunicação oral, verificou-se que os educandos puderam vivenciar situações reais nas quais utilizaram os conteúdos assimilados em sala de aula. Uma das professoras, por exemplo, destacou a importância da articulação das disciplinas em prol do desenvolvimento do Projeto de Empreendedorismo Educacional, visto que nos momentos em que venderam seus produtos, durante os eventos e seminários em que explicaram os processos vivenciados durante a formação das empresas, entre outras situações, comprovou-se a facilidade e clareza com que os educandos expressaram suas idéias e a alegria com que apresentavam os produtos fabricados.

Neto e Froes (2002) enumeram algumas mudanças que o empreendedorismo social provoca nos sujeitos: mudança de valores, participação, aceitação e criação de novas idéias, auto estima, auto suficiência e conscientização. Estas mudanças são incipientes para o processo de participação social. Desta forma, a escola, as metodologias utilizadas por professores e a própria cultura organizacional influenciam na

percepção e compreensão que os educandos realizam sobre a sociedade. Os próprios educandos e educadores, após participarem do projeto, perceberam algumas mudanças em seu comportamento, como consta no quadro:

Ênfases identificadas	Educandos (visão dos educadores)	Educandos	Educadores
Aumento persistência e responsabilidade	4	12	3
Iniciativa, criatividade	3	5	9
Aquisição de novos conhecimentos		7	5
Planejar seu cotidiano	3	1	2
Mais brigas entre colegas		2	
Liderança		2	
Trabalho em equipe		2	1
Conviver com os outros, tolerância		3	
Pessoas mais nervosas		1	
Não notou mudanças		1	1
Experiência para emprego		1	
Melhoraria outras disciplinas	1		
Mais proximidade com os alunos			1

Quadro 2 - Mudanças percebidas na vida pessoal após participar do PAPE

Fonte: Questionários participantes do PAPE

Conteúdos sobre administração, como o plano de negócios, organização financeira, criatividade, idéias de negócios e autogestão, compuseram os assuntos estudados e praticados pelos educandos, de acordo com os resultados apresentados nos questionários e documentos analisados. Estes buscam possibilitar a vivência em situações que instigam sobrevivência em uma sociedade regida por características capitalistas, mediante a busca de meios de subsistência alternativos, que o vínculo empregatício assalariado sem recebimento dos lucros acumulados oportuniza. Outros conteúdos abordados podem ser verificados no quadro a seguir:

Ênfases identificadas – Conteúdos com maior aderência e identificação	Educandos
Fluxo de caixa	5
Responsabilidade social	5
Trabalho em grupo	4
Aulas práticas	2
Palestras	2
Marketing	2
Sustentabilidade	2
Como montar empresas	2
Aprender a lidar com as dificuldades	1

Empreendedorismo	1
Ajuda ao próximo	1

Quadro 3 – Conteúdos com maior aderência e identificação

Fonte: Questionários participantes

As contribuições da Animação Sociocultural ultrapassam a compreensão que é amplamente divulgada sobre seu caráter e funcionalidade. Como metodologia de intervenção em espaços educativos informais, nem sempre esta ocorre como o planejamento, as avaliações e comparações pertinentes às práticas educacionais tradicionais e institucionalizadas; como metodologia de ensino em instituições formais, possibilita a toda a comunidade escolar participar do processo educacional e interagir em comunhão para a construção de um local cada vez mais adequado as perspectivas dos sujeitos, fato que ocorreu na disciplina de Empreendedorismo.

Como resultado, observou-se que a animação sociocultural presente em espaços educativos, pode contribuir a sustentabilidade do desenvolvimento regional, pois na elaboração da ação governamental houve a interação entre comunidade local, Governo e comunidade de pesquisa e a aceitação social da ação pode ser percebida pela participação da comunidade escolar na execução do projeto; logo, a participação social compromissada, tanto na elaboração como na execução do projeto dá respaldo a sustentabilidade política do desenvolvimento da região. O processo de formação de habilidades nos sujeitos ultrapassou os estímulos do ambiente escolar, pois situações reais, presentes no cotidiano, foram vivenciadas em alguns momentos. Com a permanente viabilização do projeto de Empreendedorismo, diferentes processos de formação escolar e novos conteúdos podem ser explorados e relacionados à realidade local, engajando os sujeitos a participarem conscientemente na tomada de decisão sobre aspectos do desenvolvimento da região. Os participantes do projeto percebem a cultura e o desenvolvimento numa perspectiva crítica cada qual com sua opinião e suas idéias, e que estão presentes nas propostas para elaboração e execução do projeto.

A educação em sua essência induz os sujeitos a capacidade de julgamento e a facilitação da compreensão verdadeira dos acontecimentos, principalmente das relações entre humanidade e meio ambiente (DELORS, 2000). Marcassa (2009) alerta para que uma educação, vinculada ao neoliberalismo, se converta em estratégias compensatórias de prestação de serviços culturais e políticas assistencialistas. A educação é um direito



dos sujeitos, *possibilidade, espaço, tempo e lugar* para exercícios em liberdade, autonomia e superação. Participar em processos educacionais aos quais se percebe sujeito, sugerindo metodologias, objetivos, integrantes, entre outros pontos, confere a educadores, educandos, gestores e comunidade escolar como um todo um *status* de liberdade e cooperação na busca do bem comum. Identificar problemáticas locais e/ou regionais, buscar soluções possíveis, integrar movimentos de interação em participação na superação destes conferem dignidade, visibilidade e cidadania aos integrantes.

Os processos educativos, sejam estes de caráter formal ou informal, mobilizam e subsidiam as compreensões e práticas de desenvolvimento de um dado grupo social e cultural. Estar atento aos pressupostos, conteúdos, metodologias, parcerias empreendidas e selecionadas para o planejamento e execução do projeto educativo é estar consciente dos resultados a decorrerem destes. É mister dos responsáveis e/ou gestores de processos educativos a auferição dos interesses de uma coletividade, para que todos possam ser contemplados em suas necessidades e reivindicações, enquanto pessoas e cidadãos.

REFERENCIAS

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. **Educação para o lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DALABRIDA, Valdir R.; SIEDENBERG, Dieter R.; FERNANDEZ, Víctor R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão.** Ano 2. N.4 Jul./Dez. 2004. p.33-62.

DELORS, Jacques. **EDUCAÇÃO:** um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: DF: MEC: UNESCO, 2000. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.



DIAS, Cleber A. G. Resenha VENTOSA, Victor. Fuentes de la animación sociocultural en la Europa. Madrid, CCS, 2002. **Revista Iberoamericana Animación sociocultural**. vol. 1, n.2, maio/2007 a set./2007.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José C. A. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho. A realidade da comunicação – uma visão geral. *In*: GUARESCHI, Pedrinho (Coord). **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

JORNAL DE POMERODE. Aprender e Empreender: peças chave do quebra-cabeça. Ed. nº 467. p.15 – 18. Disponível em: <http://www.paper4web.com/www/View.aspx?id=4976>. Acesso em: 26 jan. 2011.

LOPES, Marcelino de Sousa. A animação sociocultural em Portugal. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**. Vol.1, n.1. Out.2006/Fev.2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac105.pdf>. Acesso em 01/nov./2010.

MANTOVANELI, Oklinger; SAMPAIO, Carlos Ciocce. Sustentabilidade política e administrativa: contribuições para a reformulação da Agenda para o Ecodesenvolvimento. *Revista da Gestão Social e Ambiental*, V.1, N.2, Maio/Jun. 2007. p.3-21. Disponível em: <http://www.revistargsa.org/ojs/index.php/rgsa/article/viewFile/20/10>. Acesso em 20/jun./2012.

MARCASSA, Luciana. Animação Cultural e a nova identidade política da sociedade civil no Brasil. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/viewFile/1522/762>. Acesso em 01/nov./2010.

MELO, Victor Andrade. A animação cultural e os estudos culturais: diálogos. **Revista Práticas de Animação**, Ano 1, Número 0, Outubro/2007. Disponível em: <http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>. Acesso em 12/jun./2010.

MELO, Victor Andrade. A animação cultural e os estudos culturais: diálogos. **Revista Práticas de Animação**, Ano 1, Número 0, Outubro/2007. Disponível em: <http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>. Acesso em 12/jun./2010.

MELO, Vitor Andrade. Animação Cultural: conceitos e propostas. **Revista Movimento**. (ESEF/UFRGS), Vol. 15, n.3, 2009.



NETO, Francisco Melo; FRÓES, César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

REIS, Ana Carla F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (org.). **Rumo à Ecossocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SIEDENBERG, Dieter R. (2004b). Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**. Ano 2. N.3 Jan./Jun. 2004. p.9-26.

SIEDENBERG, Dieter R.. Participação social. IN: SIEDENBERG, Dieter. **Dicionário de Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.134-135.

STRINATI, Dominic. **Cultura Popular: uma introdução**. São Paulo: Heddra, 1999.

VENTOSA P., Victor J. A animação sociocultural (ASC) como metodologia da participação social. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO – SP. **Cidadania ativa na prática: contribuições da psicologia e da animação sociocultural**. São Paulo: CRP 06, 2007, p.34-38.

VENTOSA P.(b), Victor J. ¿De qué hablamos cuando hablamos de la animación sociocultural? **Revista Iberoamericana: Animación sociocultural**. Vol. 1, n.2, maio/2007 a set./2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufjf.br/animadorsociocultural/pdf/ac204.pdf>. Acesso em: 20 dezembro 2010.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Conceitos de animação sociocultural. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO – SP. **Cidadania ativa na prática: contribuições da psicologia e da animação sociocultural**. São Paulo: CRP 06, 2007, p.21-23.

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau.

² Docente no Curso de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau.



³ Os critérios parciais da sustentabilidade foram listados pelo fato de que a busca pela sustentabilidade integral “[...] deve ser relaxada, exceto na produção de um futuro ideal, desde que se disponha de uma perspectiva geral de planejamento societário de longo prazo. Vai ser muito difícil atender a todos os critérios parciais, ou mesmo progredir ao longo de todas as trajetórias por ele indicadas” (SACHS, 2007, p.297-299).

⁴ Camargo (1998) embasado nos estudos de Roger Caillois (1913-1979) sobre os jogos e as impulsões primárias que levam ao lúdico, entende as quatro motivações principais para divertir-se: a aventura, a competição, a vertigem e a fantasia. A aventura consiste num processo de motivação baseada no despertar da curiosidade e a leva para o desenvolvimento da inteligência abstrata e inteligência prática. A Competição não é necessariamente disputa com o outro e nem significa aprender a derrotá-lo. Segundo Camargo (1998, p.37) “situar-se em relação a outros é uma oportunidade para estabelecer desafios para si próprios. [...] competir requer a prática do autocontrole e da disciplina, duas qualidades do humano que trabalha”. A vertigem é a principal motivação lúdica na atualidade. Nesta, “exercita-se a capacidade de se deixar levar, de perder o controle e correr riscos em segurança [...]” (CAMARGO, 1998, p.37). Os exemplos podem ser observados na força com que crescem o número de participantes nos esportes radicais, nos cinemas com cadeiras que se movimentam, o fascínio pela velocidade, entre outras. Na fantasia se incluem todos os campos das artes, como a literatura, as artes plásticas, o cinema e teatro, a música, etc. De acordo com Camargo, a mais forte expressão seria o devaneio e a mais bem elaborada a arte.

